

Mercado de trabalho, desigualdade de renda e migração: o caso da Região Metropolitana de Campinas

Bruna Branchi*
Vanessa Vital Barretto**

Labor Market, income inequality and migration: The case of Campinas Metropolitan Region

RESUMO

O objetivo deste artigo é mostrar como o mercado de trabalho pode causar parte da desigualdade de renda entre os trabalhadores, quando se trata de trabalhadores migrantes. Com base nos dados dos censos demográficos de 1991 e 2000 relativos à Região Metropolitana de Campinas (RMC), na primeira parte deste estudo, é apresentado um quadro geral das características deste mercado em 1991 e 2000, incluindo indicadores de desigualdade de renda, para a população economicamente ativa dividida nos três grupos: não migrante, migrante intraestadual e migrante interestadual. Em termos gerais, neste período, na RMC, aumentou a renda média dos trabalhadores, mas isso foi acompanhado por um aumento da desigualdade e da intensidade da pobreza. Depois de traçado o perfil socioeconômico dos três grupos, realiza-se uma análise estatística exploratória relacionando estas características às diferenças encontradas nas distribuições de renda dos grupos. Ao final, por meio de uma análise de regressão múltipla, é avaliada a receptividade do mercado de trabalho da RMC ao trabalhador migrante. Diferentemente do início da década de 2000, os trabalhadores que migraram para a RMC, provenientes de outras cidades do Estado de São Paulo, encontraram melhores e mais promissoras condições de trabalho.

Palavras-chave: mercado de trabalho, desigualdade, imigração.

Recebido em 09.07.2009. Aceito em 09.08.2009

*Doutora em Economia Política pela Universidade de Pavia (Itália), mestre em Economia pela *University of Wisconsin-Madison* (EUA), professora de Economia na Faculdade de Ciências Econômicas da PUC-Campinas. Centro de Economia e Administração, Rodovia D. Pedro I, km 136, Parque das Universidades, 13086-900, Campinas, SP, Brasil. E-mail: bruna.branchi@puc-campinas.edu.br

**Mestranda em Demografia pela Universidade de Campinas (Unicamp), graduada em Economia pela PUC-Campinas e ex-aluna bolsista FAPIC/PUC-Campinas. Centro de Economia e Administração, Rodovia D. Pedro I, km 136, Parque das Universidades, 13086-900, Campinas, SP, Brasil. E-mail: vanessa.barretto@hotmail.com

ABSTRACT

This paper shows how labor market can cause part of income inequality, by analyzing the role of migrant workers. Based on data from the Censuses of 1991 and 2000 related to Campinas Metropolitan Region (CMR), in the first part of this work it has been presented an overview of the characteristics of this market in 1991 and 2000, including inequality index for economically active population, divided in three groups: non migrant, intrastate migrant and interstate migrant. Overall, it has increased the average income of workers in this period in the CMR, but this was accompanied by an increase in inequality and in poverty intensity. After defining the socioeconomic profile for each group, an exploratory statistical analysis was undertaken to relate socioeconomic differences and income distribution among groups. Finally, using a multiple regression analysis, it was evaluated the receptiveness of local labor market to immigrant worker. Differently from the early 2000s, workers who moved to CMR from other cities of São Paulo found better and more promising conditions.

Key words: labor market, inequality, immigration.

JEL Classification: J61

1 Introdução

Nas últimas décadas, o Brasil enfrentou mudanças econômicas significativas que afetaram o movimento migratório interno e o mercado de trabalho. De um lado, os fluxos migratórios podem ser vistos como o resultado do processo de desconcentração industrial que interessou o País. No caso do Estado de São Paulo, a participação da indústria de transformação nacional passou de 58,1% nos anos 1970 para 51,9% em 1985. Neste mesmo período, a Região Metropolitana de São Paulo viu cair sua participação de 43,4% para 29,4%, enquanto o Interior do Estado passou de 14,7% para 22,5% (Pacheco, 1998). O desenvolvimento de vários importantes polos industriais no interior do Estado de São Paulo, particularmente na região de Campinas, indicava, desde os anos 1980, a “expansão dos espaços de migração” (Baeninger, 2000). Esta tendência continuou nos anos seguintes. Por exemplo, a área metropolitana da região de Campinas cresceu, em média, 2,5% ao ano durante os anos 1990 (Baeninger, 2004).

Os fluxos migratórios, de outro lado, são explicados pela Teoria Econômica que convoca a Teoria do Capital Humano. Esta indica que a decisão de migrar ou não é o resultado da comparação entre o valor das remunerações que seriam recebidas no atual local de moradia e o valor presente das remunerações possíveis no novo lugar de moradia. Em outros termos, a

migração é mais provável quando o trabalhador tem mais chance de recuperar os seus investimentos em capital humano. Por esse motivo, a migração mais provável é a das regiões mais pobres para as mais ricas, com base no diferencial de salário.

O cálculo desse custo-benefício é influenciado por diferentes fatores que se podem bipartir em externos e internos. Entre os fatores externos, identificam-se: (a) diferenciais regionais, em que os indivíduos tendem a procurar melhores condições econômicas e, por isso, os diferenciais regionais relevantes podem ser considerados em termos de diferenciais de salários, de oportunidades de emprego, de custo de vida e de moradia (Golgher, 2004); (b) custos da migração (distância), os quais incluem, na efetivação da mudança, os custos relacionados à distância: quanto maior for a distância entre onde o trabalhador vive e o local para onde está indo, maiores serão os custos associados à mudança de local. Nos modelos gravitacionais, que dominavam a literatura econômica antes da Teoria do Capital Humano, a distância assumia um papel fundamental, pois distâncias maiores implicam maiores custos de migração (Borjas, 2001). Cabe, porém, lembrar que o custo relacionado à distância física é atenuado, em parte, pela presença de uma rede social favorável no lugar de destino (por exemplo, amigos ou familiares que já se mudaram).

Por essas razões, na decisão de migrar, o custo tem um peso relativo diferente, dependendo do nível de renda do migrante. Assim, as pessoas com renda maior têm, em geral, maior capacidade de absorver tal preço (Golgher, 2004). Ainda na análise dos fatores externos influentes no cálculo custo-benefício da migração, encontram-se os (c) fatores *Push* e *Pull*, que remetem à qualidade de vida no local de origem e de destino, a qual também é relevante na decisão de migrar. A categoria dos fatores *Push* abarca todos os fatores que, no local de origem, estimulam o trabalhador a migrar. Um exemplo é a mecanização crescente no meio rural, que motiva a migração para a cidade. Em geral, acredita-se que os indivíduos com uma condição de vida precária no local de origem têm maior propensão a migrar, em vista da incapacidade de manter uma condição de vida satisfatória no local atual. Na categoria *Pull*, estão incluídos os fatores que, no local de destino, atraem os moradores de áreas diferentes, ou as vantagens que, no local de destino, são suficientemente elevadas para atrair os trabalhadores. Em geral, esses são fatores decisivos para a mudança do grupo de indivíduos com maior renda, que já têm uma boa

qualidade de vida no local de origem e que mudam somente se os ganhos no local de destino forem muito elevados (Golgher, 2004).

No grupo dos fatores internos, encontram-se as peculiaridades individuais que, com base na Teoria Econômica e nas evidências empíricas, ajudam na compreensão do fenômeno migratório. Elas são: (i) idade, (ii) gênero, (iii) estado civil e tamanho da família; (iv) escolaridade; (v) renda ou diferencial de renda; (vi) autosseleção.

A peculiaridade individual da (i) idade remete à constatação de que os migrantes, em geral, tendem a ter um perfil etário mais jovem. Segundo a interpretação da Teoria do Capital Humano, isso se deve ao fato de que os jovens têm um período de tempo maior sobre o qual distribuir os custos da migração (Borjas, 2001). Há evidência empírica favorável, para o Brasil e para os demais países do mundo. No caso do Brasil, por exemplo, os dados censitários mostram uma maior proporção de jovens no grupo de migrantes, quando comparado ao grupo de não migrantes. O primeiro grupo supera o segundo nas faixas de idade até 40 anos, para depois reverter a situação (Golgher, 2004). Num estudo mais focalizado, Moura e Coelho (1975 *in* Lacerda, 2006) apontam para a jovem idade dos migrantes (prevalentemente mulheres) que interessam as grandes cidades do Nordeste.

No que concerne à peculiaridade individual do (ii) gênero, diferentes estudos sinalizam para uma presença feminina relativamente maior no grupo dos migrantes, diferentemente de na população em geral (Pereira, 2000; Golgher, 2004). Em estudo anterior, Elizaga (1970 *in* Lacerda, 2006, p. 6) comprova que “que a composição por sexo geralmente se mostra desnivelada favoravelmente aos homens ou às mulheres conforme as correntes sejam, de “curta” ou de “longa” distância, pelo que se pode inferir ser essa seletividade diferenciada”.

Caso se focalize o (iii) estado civil e tamanho da família, essa terceira peculiaridade individual aponta para estudos empíricos que constatam uma maior propensão a migrar no grupo de pessoas recém-casadas e entre famílias de menor tamanho (Golgher, 2004).

O fator (iv) escolaridade recebeu bastante atenção na análise empírica da migração, dada a sua importância na interpretação da teoria do capital humano. Parece que a migração ocorre com maior frequência entre os trabalhadores com maior grau de escolaridade. As explicações para isso são várias: há quem interprete o fato como resultado da maior capacidade que esses trabalhadores têm de identificar as oportunidades que se manifestam no mercado de trabalho (Borjas, 2001). Golgher (2004) explica a maior mobilidade dos indivíduos com melhor escolaridade com o fato de que eles participam de um mercado de trabalho mais amplo do que as pessoas com menos escolaridade (pensando, por exemplo, nos docentes, que podem procurar trabalho em âmbito nacional e internacional). No trabalho já citado de Pereira (2000), resulta que a probabilidade de migrar é maior entre os indivíduos com até 11 anos de estudo.

O papel da escolaridade na migração fundamenta também parte da literatura sobre o fenômeno denominado de fuga de cérebros para diferentes unidades do Brasil e para o âmbito internacional (Sabbadini *et al.*, 2005). Myrdal (1968) comenta sobre a migração de trabalhadores com elevada escolaridade para regiões com renda mais elevada.

Outra peculiaridade individual considerada pela Teoria Econômica na análise da migração é a (v) renda ou diferencial de renda. É muito comum pensar em migrantes como pessoas de baixa renda que migram para uma localidade onde terão melhores condições de vida, ou, pelo menos, maiores chances de alcançá-la, mas não se pode esquecer de que há evidência de uma relação positiva entre renda e mobilidade espacial. Isso ocorre porque pessoas com renda maior conseguem absorver melhor os custos da migração. Tal aspecto é também evidente nos estudos sobre a fuga de cérebros. Evidência nesta direção aparece em estudos internacionais como, por exemplo, o de Kennan e Walker (2003), que, usando dados em painel, estudam a relação entre migração e renda, limitando a análise ao caso do trabalhador branco com elevado nível de instrução.

A (vi) autosseleção, na literatura de migração, além de descrever fatores que são relevantes para determinar a mobilidade dos indivíduos, aparece sempre como algo a mais que deve ser considerado. Esse elemento adicional deve conseguir explicar por que “os indivíduos reagem de forma diferenciada, quando confrontados com os fatores que induzem à migração.

Aqueles que respondem ao estímulo têm algumas características comuns que os diferenciam dos demais que não reagem a tal estímulo” (Castiglione, 1989 *in* Golgher, 2004, p. 39). Os migrantes parecem ser autosseleccionados para o mercado de trabalho (Chiswick, 1999 *in* Lacerda, 2006, p. 6), segundo o que se verifica em:

[...] os migrantes são descritos economicamente, como em média, a serem mais capazes, ambiciosos, agressivos, empreendedores, ou de outra maneira mais favoravelmente selecionados do que indivíduos similares que escolhem permanecer em seus lugares de origem.

Mesmo usando metodologias e dados diferentes, há evidência de que os migrantes ganham mais, em média, do que os não migrantes, uma vez controlados os efeitos de diferentes variáveis relevantes na determinação da renda. Isso significa dizer que os migrantes constituem um grupo positivamente selecionado¹. Diante do objetivo de estudar o impacto dos migrantes no mercado de trabalho, é necessário entender o papel deste na distribuição de renda. Estudos empíricos mostram a evolução do mercado de trabalho no Brasil, apontando para um aumento da presença feminina, ingresso tardio dos jovens, precarização e informalidade (Ramos, 2007; Ramos e Reis, 1997).

No entanto, o estudo da inserção do trabalhador no mercado de trabalho com a finalidade de entender a desigualdade de renda requer formular alguma hipótese sobre o papel do mercado de trabalho na geração e/ou transformação de desigualdade. Barros e Mendonça (1995) demonstram que, no Brasil, o mercado de trabalho é mais transformador do que gerador de desigualdade. Alcançam este resultado comparando os diferenciais salariais por ramo de atividade, entre trabalhadores formais e informais, e por regiões, com o objetivo de medir o impacto que a segmentação do mercado de trabalho pode ter na desigualdade de renda. Além disso, comparam os diferenciais salariais por gênero e cor, com a finalidade de medir o impacto da discriminação no mercado de trabalho sobre a desigualdade. Eles concluem afirmando:

Em suma, o Brasil não é somente um dos países do mundo com o mais alto grau de desigualdade em educação, mas também é um dos países com a maior sensibilidade dos salários ao nível educacional do trabalhador. Estes dois fatores em conjunto levam a que a contribuição da desigualdade educacional para a

desigualdade salarial no Brasil seja, também, uma das mais elevadas no mundo.

[...] Os resultados obtidos são impressionantes. Estima-se que, se os diferenciais de salário por nível educacional fossem eliminados, tudo o mais permanecendo constante, a desigualdade salarial no Brasil declinaria de 35 a 50% (Barros e Mendonça, 1995, p. 48).

Resultados compatíveis com esses foram obtidos por Ramos e Vieira (2001). A principal causa da desigualdade salarial é atribuída à desigualdade em termos de escolaridade dos trabalhadores. O efeito da educação sobre a desigualdade de renda, porém, se atenuou na segunda metade dos anos 90. Com relação ao mercado de trabalho metropolitano, estudando a inserção do trabalhador migrante para São Paulo, Cunha e Dedecca (2000, p. 98) encontraram evidência do fato de que os migrantes são “incorporados principalmente em ocupações menos qualificadas e mal remuneradas”.

Vistos esses pressupostos, o objetivo deste artigo é proporcionar o entendimento das oportunidades e dos desafios que o trabalhador migrante encontra, ao participar do processo produtivo, no mercado de trabalho, e os reflexos que isso traz à distribuição de renda. Em particular, é estudada a inserção dos recentes migrantes no mercado de trabalho da RMC, visando: (a) verificar se também nessa região, como em outras regiões metropolitanas, os migrantes participam do mercado de trabalho em ocupações menos qualificadas e mal remuneradas (Cunha e Dedecca, 2000); (b) examinar o grau de receptividade do mercado de trabalho da RMC aos migrantes, mediante comparação entre a situação destes em 1991 e 2000, anos dos últimos dois censos demográficos.

Para alcançar tais objetivos, na primeira seção, são apresentados alguns dados agregados relativos à distribuição de renda da População Economicamente Ativa (PEA) da RMC, em 1991 e 2000, dividida entre migrantes e não migrantes. A interpretação das mudanças ocorridas na distribuição de renda requer uma análise mais aprofundada das características socioeconômicas da PEA. Além disso, é importante conhecer como se realizou a inserção dos migrantes no mercado de trabalho, nos dois momentos de análise, por intermédio do tipo de ocupação e do setor de atividade. Por esses motivos, na segunda seção, são apresentadas as características da PEA, em termos de composição por gênero, raça ou cor, idade e escolaridade. A terceira seção é

dedicada ao estudo mais específico da inserção dos migrantes no mercado de trabalho da RMC, relacionando tipo de ocupação, setor de atividade e indicadores de desigualdade de renda. Na quarta, por meio de uma análise econométrica, é avaliada a receptividade do mercado de trabalho da RMC aos migrantes.

2 Características da PEA da RMC

Nesta pesquisa, define-se migrante como o indivíduo que não nasceu no município de residência no ano do Censo e que, cinco anos antes, morava em um município diferente. Dado o interesse na participação do migrante no mercado de trabalho, o objeto de estudo é a população economicamente ativa (PEA)² e, conseqüentemente, os rendimentos derivantes da ocupação principal³. A Tabela 1 apresenta a composição da PEA segundo a condição migratória do trabalhador, em 1991 e 2000.

Em 1991, os migrantes representavam 15,15% da PEA da RMC, com proporções parecidas entre migrantes intra e interestaduais. Em 2000, este percentual caiu para 10,9%. Entre os grupos de migrantes, o migrante interestadual tinha o maior peso (6,19% da PEA), tendo crescido em valores absolutos 12,24% com relação ao ano de 1991, contra uma queda de mais de 13 pontos percentuais registrada pelo grupo de migrantes intraestaduais (Tabela 1). A redução da migração intraestadual nos anos 1990 pode ser interpretada como o resultado do processo de contínua descentralização do processo produtivo que se deslocou para áreas do interior de São Paulo e, conseqüentemente, reteve parte do fluxo migratório interno ao Estado.

Tabela 1: Distribuição da PEA segundo condição migratória, RMC, 1991 e 2000.
Table 1: PEA distribution according to immigration status, CMR, 1991 and 2000.

	1991		2000		variação percentual
	frequência	proporção	frequência	proporção	
PEA	854.672	100	1.185.350	100	38,69
Não migrante	725.187	84,85	1.056.300	89,11	45,66
Migrante	129.485	15,15	129.050	10,89	(0,34)
intraestadual	64.123	7,50	55.690	4,70	(13,15)
interestadual	65.362	7,65	73.360	6,19	12,24

Fonte: Censos Demográficos de 1991 e 2000 (IBGE, s.d.). Elaboração das articulistas.

Na Tabela 2, encontram-se os valores médios das remunerações em 1991 e 2000, além de alguns dos indicadores mais usados para medir o grau de desigualdade de renda. Na década de 1990, a remuneração média real da PEA da RMC aumentou 48,9%. Em geral, os rendimentos da ocupação principal do grupo dos nativos aumentaram menos do que a média (44,6%). O maior incremento no salário médio interessou o grupo de migrantes intraestaduais (91,86%), contra o 46,3% do incremento registrado nos rendimentos dos migrantes interestaduais.

Tabela 2: Rendimentos¹ da ocupação principal e indicadores de desigualdade, segundo condição migratória, RMC, 1991 e 2000.

Table 2: Income from main occupation and inequality indicators, according to immigration status, CMR, 1991 and 2000.

	PEA		Não migrante		Migrante			
	1991	2000	1991	2000	intraestadual		interestadual	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Média	599	892	617	892	565	1083	437	639
Mediana	357	500	368	500	313	500	258	350
Gini	0,523	0,545	0,520	0,541	0,534	0,581	0,518	0,523
L-Theil	0,475	0,504	0,466	0,483	0,489	0,585	0,458	0,460
10+/40-	3,08	2,96	3,27	2,97	3,53	4,40	2,86	3,28

Nota: ¹Rendimentos expressos em R\$ de 2000.

Fonte: Censo Demográfico de 1991 e 2000 (IBGE, s.d.). Elaboração das articulistas.

Observando os valores médio e mediano dos rendimentos do trabalho principal, nota-se que sempre a renda mediana é menor que a média. Esta constatação indica que a renda tem uma distribuição assimétrica, com assimetria à direita ou positiva, apontando para uma concentração de trabalhadores que recebem baixas remunerações. Os valores do índice de Gini atestam que piorou a desigualdade na distribuição de rendimentos de trabalho na RMC e que esta é mais elevada entre os migrantes intraestaduais. O incremento da desigualdade é confirmado pelo índice de Theil .

Comparando a renda dos 10% mais ricos (10+) da PEA e a renda dos 40% mais pobres (40-) (quinta linha da Tabela 2), anotam-se dois fatos interessantes: primeiro, esta proporção diminuiu de 3,08 para 2,96 ao longo da década em exame para a RMC, isto é, nesse período, melhorou a situação relativa dos mais pobres comparativamente com os mais ricos; segundo, esta tendência foi seguida só pelo grupo dos nativos, enquanto, para os migrantes, aumentou a proporção de renda atribuída aos 10% mais ricos, relativamente aos 40% mais pobres, mantendo-se sempre acima da razão da RMC para o grupo de migrantes intraestaduais.

Em termos gerais, ao longo da década de 90, aumentou a renda média do trabalhador da RMC. Tal fato foi acompanhado por um incremento da desigualdade, medida pelos índices de Gini e Theil. Comparando a razão da renda dos 10% mais ricos com os 40% mais pobres, nota-se uma melhora para os nativos e uma piora da concentração de renda para os migrantes interestaduais e especialmente para os migrantes intraestaduais. O grupo dos migrantes intraestaduais, que encolheu em termos absolutos e relativos, é composto por trabalhadores que receberam os maiores salários médios e que registraram a maior desigualdade, incluindo a maior concentração da renda entre os 10% mais ricos. Este grupo, que recebia 3,5 vezes a renda dos 40% mais pobres em 1991, passou a receber 4,4 vezes a renda dos mais pobres em 2000.

3 Análise das características sociodemográficas da PEA

Na RMC, a PEA é prevalentemente masculina, mas a diferença entre homens e mulheres diminuiu em 2000, com as mulheres passando de 34,9% para 41,5% (Tabela A1, Anexo), confirmando a tendência geral do mercado de trabalho brasileiro (Ramos, 2007). As diferenças entre os grupos estudados são pequenas e tendem a convergir à proporção da Região em 2000.

A composição por raça ou cor da PEA pouco mudou na década passada. Algo como 75% dos entrevistados declararam-se brancos; 19%, aproximadamente, declararam-se pardos; entre 4% e 5% declararam-se pretos e menos de 1% declarou-se de cor amarela (Tabela A2). Comparando os dois grupos de migrantes, é necessário evidenciar como no grupo de migrantes interestaduais está presente a menor porcentagem de trabalhadores que se declarou branco (65% e 60%, em 1991 e 2000, respectivamente) e a maior presença de pardos (30,65 e 33,04). A maior presença de declarantes amarelos encontra-se no grupo dos migrantes intraestaduais.

Considerando a distribuição etária da PEA, em 1991, o grupo com idade entre 25 e 59 anos representava 66,03% da PEA, porcentagem que passou para 68,76%, em 2000. Este foi o único grupo que teve uma alta no período (Tabela A3). O perfil do migrante interestadual aponta para uma elevada presença de jovens com até 24 anos, cerca de 15 pontos percentuais acima da média da RMC. Este grupo de idade, em 1991, tinha o maior rendimento médio de trabalho, mas,

em 2000, foi alcançado e superado pelo grupo com idade maior de 60 anos (que registrou uma alta de 81,8%)⁴.

O aumento da escolaridade aparece claramente, quando se comparam os dois extremos da década de 90 (Tabela A4). Em 1991, cerca de 2/3 da PEA contavam com até 8 anos de estudo; este grupo diminuiu, em 2000, para 53% da PEA. A queda foi mais acentuada no grupo com até 5 anos de escolaridade. Trabalhadores de 9 até 11 anos de escolaridade registraram o maior incremento na PEA. Comparando os dois anos, nota-se que o migrante intraestadual tem o melhor perfil de escolaridade, com a maior presença relativa de trabalhadores com 12 ou mais anos de estudo (13,9%, em 1991 e 20,75%, em 2000). A presença do migrante interestadual é mais frequente nas classes com menor nível de instrução, mesmo demonstrando melhora nesse quesito ao longo da década.

4 Inserção no mercado de trabalho

4.1 Perfil ocupacional

Focalizando a análise no perfil ocupacional do trabalhador da RMC, a primeira observação a ser feita é que o desemprego afeta mais os migrantes. Em 1991, o desemprego na RMC era 4,8% e passou para 16,26% em 2000 (Tabela 3)⁵. A taxa de desemprego dos migrantes estava próxima à média e pulou para 19,5%, mais de 3 pontos percentuais acima da média da região em 2000.

Tabela 3: Distribuição % da PEA por tipo de inserção econômica e condição migratória, RMC, 1991 e 2000.

Table 3: PEA distribution by type of employment and immigration status, CMR, 1991, 2000.

	PEA	Não migrante	Migrante	
			intraestadual	interestadual
1991				
Desempregado	4,83	4,78	4,92	5,28
Trabalhador doméstico com carteira assinada	1,96	1,86	2,19	2,83
Trabalhador doméstico sem carteira assinada	4,30	3,92	5,66	7,17
Empregado com carteira assinada	51,29	50,81	52,77	55,10
Empregado sem carteira assinada	8,81	8,45	9,74	11,95
Empregador	4,20	4,57	2,72	1,51
Trabalhador por conta própria	13,65	14,06	12,50	10,17
Trabalhador não contratado	0,40	0,37	0,60	0,44
Trabalhador ocupado pelo setor público	10,57	11,17	8,89	5,55
	854.672	725.187	64.123	65.362
2000				
Desempregado	16,26	15,87	19,45	19,41
Trabalhador doméstico com carteira assinada	2,70	2,61	2,48	4,55
Trabalhador doméstico sem carteira assinada	3,57	3,47	3,24	5,84
Empregado com carteira assinada	43,17	43,61	39,86	39,12
Empregado sem carteira assinada	12,16	11,92	13,50	14,89
Empregador	3,03	3,16	2,67	0,95
Trabalhador por conta própria	15,36	15,57	14,11	12,97
Trabalhador não contratado	1,07	1,06	1,33	0,97
Trabalhador ocupado pelo setor público	2,69	2,72	3,36	1,30
	1.185.350	1.056.300	55.690	73.360

Fonte: Censos Demográficos 1991 e 2000 (IBGE, s.d.). Elaboração das articulistas.

Além do desemprego, a piora das condições no mercado de trabalho na década anotada pode ser capturada com alguns indicadores da informalidade. Caso se limite uma definição de informalidade com base na ausência de carteira assinada, pode-se observar que, em média, aumentou, nessa década, a proporção de trabalhadores sem carteira assinada: de 13,11% para 15,73% da PEA. O migrante intraestadual registrou sempre os menores valores relativos (de 15,4% para 16,73%) enquanto o migrante interestadual manteve os valores mais elevados (passou de 19,12%, em 1991, para 20,73%, em 2000)⁶.

Dedecca e Cunha (2002) assinalam que o migrante tende a se inserir em atividades menos remuneradas e nos degraus mais baixos da hierarquia social, como o trabalho doméstico. A porcentagem da PEA da RMC ocupada como trabalhador doméstico fica praticamente estável

nesse período. Entretanto, esse fato esconde algumas mudanças interessantes. A primeira é a redução do peso desse tipo de ocupação entre os migrantes, em particular entre os migrantes intraestaduais, de 7,85% para 5,72%, contra o 10%, praticamente estáveis, dos migrantes interestaduais. A segunda está relacionada à proporção desses trabalhadores com carteira assinada. Nos dois períodos, a proporção dos trabalhadores domésticos sem carteira assinada é sempre maior do que aquela com carteira assinada, mas ela diminui no tempo. Para a PEA, em 1991, as porcentagens eram de 4,3% contra 1,96%, e, em 2000, de 3,57% contra 2,70%.

Passando a analisar as remunerações associadas aos diferentes tipos de empregos, nota-se que os menores salários declarados são os dos trabalhadores domésticos e dos empregados do setor privado sem carteira assinada (Tabela 4).

Tabela 4: Distribuição dos rendimentos no trabalho principal segundo categorias de inserção econômica e condição migratória, RMC, 1991 e 2000 (valor médio em R\$ de 2000).

Table 4: Income distribution in the major work according to employment categories and immigration status, CMR, 1991 and 2000 (mean average in R\$ of 2000).

	PEA	Não migrante	Migrante	
			intraestadual	interestadual
	1991			
Trabalhador doméstico com carteira assinada	196	198	191	183
Trabalhador doméstico sem carteira assinada	171	177	152	144
Empregado com carteira assinada	543	553	541	435
Empregado sem carteira assinada	334	342	330	273
Empregador	1.813	1829	1.619	1.633
Trabalhador por conta própria	688	705	663	460
Trabalhador ocupado pelo setor público	775	757	891	984
Média da RMC	599	617	565	437
	2000			
Trabalhador doméstico com carteira assinada	306	312	306	300
Trabalhador doméstico sem carteira assinada	231	240	224	218
Empregado com carteira assinada	837	846	1.118	662
Empregado sem carteira assinada	514	522	583	489
Empregador	3.591	3.681	4.335	3.940
Trabalhador por conta própria	1.064	1.099	1.172	784
Trabalhador ocupado pelo setor público	1.293	1.333	1.557	1.370
Média da RMC	892	917	1.083	639

Fonte: Censos Demográficos 1991 e 2000 (IBGE, s.d.). Elaboração das articulistas.

A diferença na média dos sem e com carteira profissional assinada era menor entre os trabalhadores domésticos, em 1991, e aumentou em 2000. Esta diferença ficou ainda maior entre os empregados do setor privado com e sem carteira assinada, em 2000. Em termos gerais, os trabalhadores domésticos sem carteira registraram o menor incremento percentual na década. Do outro lado, o trabalhador ocupado como empregador declarou os rendimentos de trabalhos mais elevados. Em 1991, quem tinha este tipo de ocupação e não era migrante recebeu os maiores rendimentos médios (R\$ 1829), contra R\$ 1600 dos migrantes. Em 2000, a situação se inverteu com os rendimentos do grupo migrante acima da média. Em particular, com um incremento de 106,60%, o migrante intraestadual alcançou o maior rendimento absoluto (R\$ 4335).

Em geral, os migrantes tiveram aumentos percentuais reais acima da média do grupo de não migrante na década de 1990. As duas únicas exceções interessaram os migrantes interestaduais ocupados como empregados do setor privado com carteira assinada ou lotados no setor público.

4.2 Distribuição setorial dos ocupados

Comparando a ocupação por setores de atividades, fica evidente que também na RMC, ao longo desta década, o setor industrial (indústria de transformação) perdeu espaço e aumentou a ocupação no setor de serviços, com um aumento acentuado dos migrantes interestaduais situados neste setor (Tabela 5).

Focalizando a análise nos quatro principais setores de atividades (leia-se Indústria de transformação, Serviços, Comércio e Construção), é possível notar que eles ocupavam 78,02% da PEA da RMC, em 1991, e 64,73%, em 2000 (Gráficos 1a e 1b).

A indústria de transformação e o setor da construção civil, responsáveis, respectivamente, por ocupar 30,83% e 8,47% da PEA em 1991, encolheram durante os anos 1990; enquanto isso, os setores de serviços e comércio aumentaram a importância relativa. A maior queda percentual foi registrada no setor da Indústria de transformação, que perdeu 9 pontos percentuais na década de 1990.

Tabela 5: Distribuição % da PEA segundo setor de atividade e condição migratória, RMC, 1991 e 2000.
 Table 5: PEA distribution by activity section and immigration status, CMR, 1991 and 2000.

	PEA	Não migrante	Migrante	
			intraestadual	interestadual
1991				
Agricultura etc.	4,28	3,8	6,17	7,74
Extração mineral	0,23	0,23	0,25	0,26
Ind. transformação	30,83	31,03	30,77	28,64
Construção	8,47	7,74	9,29	15,79
Serviços ind. de utilidade pública	1,26	1,36	0,79	0,57
Comércio	13,01	13,35	11,73	10,53
Crédito, seguros etc.	2,19	2,24	2,41	1,4
Com. adm. imóveis	0,54	0,57	0,44	0,27
Transporte	4,18	4,25	4,12	3,37
Comunicações	0,58	0,62	0,48	0,31
Serviços	25,71	25,58	26,13	26,69
Ensino	5,01	5,24	4,85	2,62
Administração pública	3,43	3,71	2,39	1,36
Org. internacionais	0	0	-	-
Outras	0,29	0,29	0,19	0,44
Total	813.409	690.533	60.964	61.912
2000				
Agricultura, etc.	2,72	2,51	3,82	5,32
Extração mineral	0,08	0,07	0,06	0,29
Ind. transformação	21,66	21,89	20,71	18,24
Construção	7,74	7,44	7,92	13,3
Serviços ind. de utilidade pública	0,77	0,79	0,68	0,53
Comércio	14,03	14,09	13,66	13,33
Crédito, seguros etc.	1,32	1,31	0,96	0,55
Com. adm. imóveis	0,52	0,53	0,51	0,42
Transporte	4,32	4,38	4,31	3,27
Comunicações	1,23	1,21	1,6	0,95
Serviços	29,04	28,85	28,63	33,24
Ensino	5,57	5,69	6	2,66
Administração pública	3,08	3,23	2,45	0,92
Org. internacionais	0	0	-	-
Outras	7,93	7,99	7,7	6,97
Total	992.635	888.668	44.878	59.089

Fonte: Censos Demográficos 1991 e 2000 (IBGE, s.d.). Elaboração das articulistas.

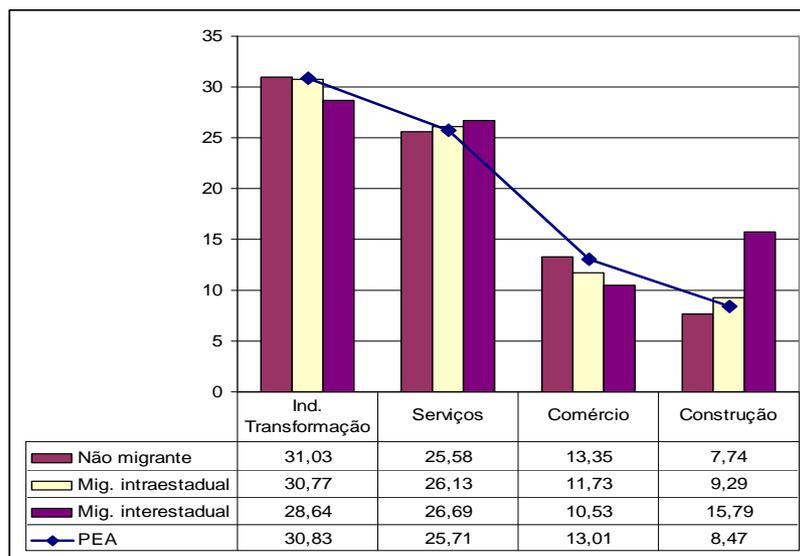


Gráfico 1a: Distribuição % da PEA por setor de atividade e condição migratória, RMC, 1991.
 Graphic 1a: PEA distribution by activity section and immigration status, CMR, 1991.

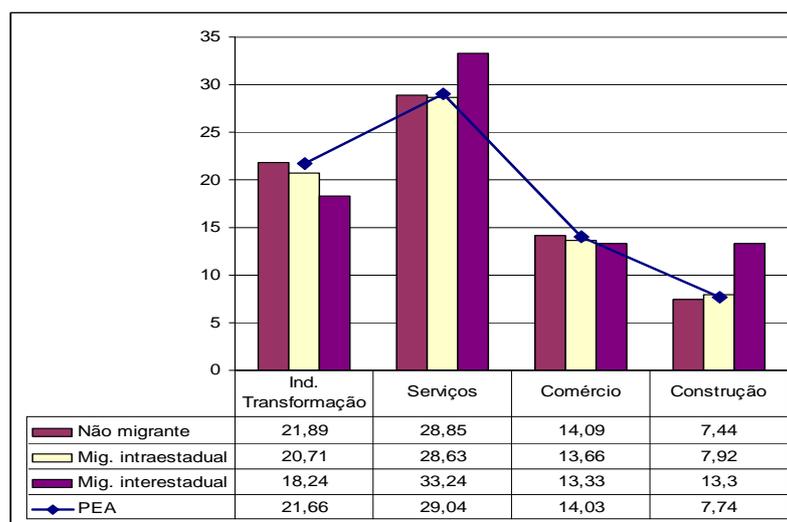


Gráfico 1b: Distribuição % da PEA por setor de atividade e condição migratória, RMC, 2000.
 Graphic 1b: PEA distribution by type activity section and immigration status, CMR, 2000.

Observando a distribuição por grupos, aparece claramente a peculiaridade do migrante interestadual, relativamente com maior presença no setor da construção (15,79% da PEA deste grupo, em 1991; e 13,30%, em 2000) e no setor de serviços, em 2000 (33,24%). É interessante notar que o setor da construção civil é o que, em média, paga remunerações menores, seguido pelo setor de serviços. Isso pode explicar a menor renda que em geral o migrante interestadual recebeu.

Tabela 6: Distribuição dos rendimentos no trabalho principal segundo setor de atividade e condição migratória, RMC, 1991 e 2000 (valor médio em R\$ de 2000).

Table 6: Income distribution in the major work according to activity sector and immigration status, CMR, 1991 and 2000 (mean average in R\$ of 2000).

	Índice de Gini	PEA	Não migrante	Migrante	
				intraestadual	interestadual
1991					
Agricultura etc.	0,577	396	441	268	250
Extração mineral	0,482	548	586	440	287
Ind. transformação	0,474	595	606	594	463
Construção	0,426	458	481	436	343
Serviços ind. de utilidade pública	0,520	776	784	711	641
Comércio	0,562	647	669	577	419
Crédito, seguros etc.	0,497	930	895	1.182	1.130
Com. adm. imóveis	0,591	903	924	828	535
Transporte	0,440	665	687	587	455
Comunicações	0,494	935	924	1.126	892
Serviços	0,582	557	575	509	404
Ensino	0,453	700	696	645	899
Administração pública	0,490	757	739	985	904
Org. internacionais	0,081	906	906		
Outras	0,592	782	825	404	648
RMC	0,523	599	617	565	437
2000					
Agricultura etc.	0,601	543	594	480	275
Extração mineral	0,507	769	864	374	393
Ind. transformação	0,506	895	892	1.205	691
Construção	0,456	665	678	763	524
Serviços ind. de utilidade pública	0,514	1117	1.135	1.207	809
Comércio	0,577	963	972	1.212	732
Crédito, seguros etc.	0,443	1445	1.432	1.732	1.720
Com. adm. imóveis	0,523	1260	1.290	1.304	896
Transporte	0,468	990	997	1.070	970
Comunicações	0,530	1417	1.344	2.222	1.716
Serviços	0,574	787	834	899	544
Ensino	0,468	1054	1.126	1.055	896
Administração pública	0,502	1160	1.158	1.923	1.505
Org. internacionais	0,386	1720	1.720	.	.
Outras	0,568	999	1.027	1.186	660
RMC	0,545	892	917	1.083	639

Fonte: Censos Demográficos 1991 e 2000 (IBGE, s.d.). Elaboração das articulistas.

Com relação aos valores médios das remunerações, é possível verificar que, em 1991, o grupo não migrante recebia valores médios acima dos grupos de migrantes. Em 2000, o quadro

fica mais complexo. O não migrante continua recebendo rendimentos do trabalho acima do grupo de migrantes interestaduais, mas os seus valores são sempre menores daqueles recebidos pelos migrantes intraestaduais. Assim, constata-se que, em 2000, aumenta a diferenciação das remunerações entre grupos de migrantes (Tabela 6).

A análise das características socioeconômicas mostra claramente que: (a) o migrante interestadual recebeu sempre uma remuneração mediamente mais baixa, mas, ao mesmo tempo, com uma distribuição de renda menos desigual. É o grupo com a menor presença de brancos e a maior de pardos, com um perfil etário mais jovem e com menor número de anos de escolaridade (neste último aspecto, o migrante interestadual está abaixo da média da RMC). É o grupo com a maior taxa de desemprego, ocupado no setor da construção civil e no setor de serviços, onde a remuneração em média é baixa, e a desigualdade medida pelo índice de Gini setorial está entre as mais baixas. (b) O migrante intraestadual registrou o maior incremento de renda na década de 90, chegando, em 2000, a declarar os maiores rendimentos médios de trabalho da região. Ao mesmo tempo, é o grupo que sempre teve o maior grau de desigualdade na distribuição de renda. É o grupo em que o diferencial de rendimentos entre homens e mulheres se manteve mais elevado. A presença, em proporção maior do que a média, de trabalhadores amarelos, e a maior concentração de trabalhadores com 12 ou mais anos de estudo podem ser alguns dos fatores que explicam a desigualdade de renda deste grupo. Mais, este grupo registrou a maior taxa de desemprego em 2000 (19,45% contra 4,92% de 1991).

5 Receptividade do mercado de trabalho aos migrantes

Completando o estudo das oportunidades e dos desafios que os trabalhadores que migraram para Campinas enfrentaram na década de 1990, é relevante verificar o grau de receptividade do mercado de trabalho a esses grupos de trabalhadores. Com essa finalidade, foram estimadas duas equações de rendimentos de trabalho principal, uma para cada ano do Censo Demográfico, usando como variáveis explicativas: gênero, cor ou raça, idade e idade ao quadrado, classes de instrução, tipo de inserção econômica, setor de ocupação e característica migratória; e como variável dependente, o logaritmo natural dos rendimentos do trabalho principal⁷.

Na literatura sobre o tema, há quem use este tipo de estudo para identificar características de seleção dos migrantes, quando forem comparados os migrantes com os não migrantes na região de origem (Santos Júnior, 2002 *in* Silva e Silveira Neto, 2005)⁸. No presente estudo, centrado na inserção do migrante no mercado de trabalho, este tipo de considerações não se aplica. Na análise de regressão, os coeficientes associados às variáveis de migração podem ser interpretados como o reflexo das condições de mercado de trabalho (mais ou menos favoráveis) para os migrantes. As condições são menos favoráveis se, *ceteris paribus*, o migrante tem uma remuneração menor (eventualmente, indicando uma maior flexibilidade desse trabalhador que quer se inserir no mercado de trabalho, ou a maior dificuldade que o imigrado tem na nova cidade de residência sem ou com laços familiares mais restritos) e são mais favoráveis quando, *ceteris paribus*, o simples fato de ser migrante explica uma remuneração maior (neste caso, é possível que se esteja identificando indivíduos que ofereceram mão de obra procurada pelas empresas da RMC)⁹.

O modelo econométrico usado é o seguinte:

$$\ln W_i = \alpha + \beta_i X_i + \gamma_i M_i + \varepsilon_i$$

Nesse modelo, W_i são os rendimentos de trabalho principal dos indivíduos (e \ln é o logaritmo natural); X_i é o conjunto das variáveis socioeconômicas; M_i é o conjunto de variáveis binárias relacionadas à condição migratória dos indivíduos. Os resultados obtidos com os Mínimos Quadrados Ponderados se encontram nas Tabelas 7 e 8, para os anos de 1991 e 2000, respectivamente. Usando variáveis binárias, os coeficientes estimados indicam os diferenciais de rendimentos no trabalho principal com relação à característica base. Conforme o esperado, por ambos os anos, há um diferencial favorável ao trabalhador de sexo masculino.

Tabela 7: Estimativas da contribuição de cada fator para a explicação das variações do logaritmo do rendimento no trabalho principal, RMC, 1991.

Table 7: Contribution estimates of each factor in explaining the variations of the logarithm of income in main job, CMR, 1991.

	Coeficiente	Erro- padrão	t	Prob.	95% intervalo de confiança	
					limite inferior	limite superior
intercepto	8,515	0,026	322,674	0,000	8,463	8,566
masculino	0,442	0,005	82,647	0,000	0,432	0,453
preta	-0,157	0,012	-13,549	0,000	-0,180	-0,134
amarela	0,149	0,026	5,663	0,000	0,097	0,200
parda	-0,097	0,006	-16,194	0,000	-0,108	-0,085
indígena	-0,115	0,116	-0,992	0,321	-0,343	0,112
idade	0,091	0,001	99,640	0,000	0,089	0,093
idade_quadrado	-0,001	0,000	-84,428	0,000	-0,001	-0,001
de 1 até 5 anos	0,274	0,010	27,352	0,000	0,255	0,294
de 6 até 8 anos	0,541	0,011	48,947	0,000	0,520	0,563
de 9 até 11 anos	0,842	0,012	72,562	0,000	0,819	0,864
12 ou mais	1,409	0,012	115,055	0,000	1,385	1,433
alfabetização de adultos	0,053	0,035	1,511	0,131	-0,016	0,122
trabalhador doméstico sem carteira	-0,053	0,019	-2,783	0,005	-0,090	-0,016
empregado setor privado com carteira	0,289	0,017	16,944	0,000	0,256	0,323
empregado setor privado sem carteira	0,046	0,018	2,516	0,012	0,010	0,081
empregador	0,951	0,020	47,311	0,000	0,912	0,991
trabalhador em conta própria	0,398	0,018	22,578	0,000	0,364	0,433
setor público	0,437	0,019	23,082	0,000	0,400	0,474
ind. transformação	0,242	0,010	24,223	0,000	0,223	0,262
ind. construção	0,063	0,012	5,228	0,000	0,039	0,087
serviços industriais	0,118	0,022	5,423	0,000	0,075	0,160
comércio	0,122	0,011	11,070	0,000	0,100	0,144
crédito	0,263	0,018	14,976	0,000	0,229	0,298
comércio de imóveis	0,232	0,032	7,181	0,000	0,169	0,295
transporte	0,288	0,014	20,432	0,000	0,260	0,315
comunicações	0,141	0,031	4,603	0,000	0,081	0,201
serviços	0,130	0,010	12,803	0,000	0,110	0,150
ensino	-0,041	0,014	-3,010	0,003	-0,067	-0,014
organizações internacionais	0,677	0,375	1,809	0,071	-0,057	1,412
migrante intraestadual	-0,056	0,009	-6,459	0,000	-0,072	-0,039
migrante interestadual	-0,048	0,009	-5,527	0,000	-0,065	-0,031
R quadrado	0,497					
Estatística F	2574,183					

Nota: As características do indivíduo de referência são: gênero feminino, raça/cor branca, sem instrução formal, trabalhador doméstico com carteira assinada, setor agrícola, não migrante.

Tabela 8: Estimativas da contribuição de cada fator para a explicação das variações do logaritmo do rendimento no trabalho principal, RMC, 2000.

Table 8: Contribution estimates of each factor in explaining the variations of the logarithm of income in main job, CMR, 2000.

	Coeficiente	Erro- Padrão	t	Prob.	95% intervalo de confiança	
					limite inferior	limite superior
intercepto	3,386	0,023	144,238	0,000	3,340	3,432
masculino	0,393	0,005	85,160	0,000	0,384	0,402
preta	-0,160	0,010	-16,770	0,000	-0,178	-0,141
amarela	0,114	0,022	5,101	0,000	0,070	0,158
parda	-0,123	0,005	-23,147	0,000	-0,134	-0,113
indígena	-0,113	0,042	-2,683	0,007	-0,195	-0,030
idade	0,089	0,001	103,299	0,000	0,087	0,090
idade_quadrado	-0,001	0,000	-83,352	0,000	-0,001	-0,001
de 1 até 5 anos	0,186	0,012	15,747	0,000	0,163	0,209
de 6 até 8 anos	0,422	0,012	34,653	0,000	0,399	0,446
de 9 até 11 anos	0,688	0,012	56,217	0,000	0,664	0,712
12 ou mais	1,389	0,013	108,330	0,000	1,364	1,414
alfabetização de adultos	-0,064	0,062	-1,028	0,304	-0,186	0,058
trabalhador doméstico sem carteira	-0,264	0,015	-17,897	0,000	-0,292	-0,235
empregado setor privado com carteira	0,265	0,013	21,165	0,000	0,240	0,289
empregado setor privado sem carteira	-0,016	0,013	-1,194	0,233	-0,042	0,010
empregador	1,068	0,016	65,205	0,000	1,036	1,100
trabalhador em conta própria	0,280	0,013	21,591	0,000	0,255	0,306
setor público	0,360	0,017	20,869	0,000	0,326	0,394
ind. transformação	0,091	0,007	12,636	0,000	0,077	0,105
ind. construção	-0,016	0,009	-1,759	0,079	-0,035	0,002
serviços industriais	0,112	0,023	4,788	0,000	0,066	0,158
comércio	0,062	0,008	7,969	0,000	0,047	0,077
crédito	0,251	0,019	13,563	0,000	0,215	0,287
comércio imóveis	0,219	0,028	7,762	0,000	0,164	0,274
transporte	0,228	0,011	20,396	0,000	0,206	0,250
comunicações	0,215	0,019	11,251	0,000	0,177	0,252
serviços	0,051	0,007	7,240	0,000	0,037	0,065
ensino	-0,028	0,011	-2,659	0,008	-0,049	-0,007
organizações internacionais	0,220	0,485	0,453	0,650	-0,731	1,171
migrante intraestadual	0,043	0,009	5,026	0,000	0,026	0,060
migrante interestadual	0,011	0,010	1,172	0,241	-0,008	0,031
R quadrado	0,513					
Estatística F	3354,642					

Nota: As características do indivíduo de referência são: gênero feminino, raça/cor branca, sem instrução formal, trabalhador doméstico com carteira assinada, setor agrícola, não migrante.

O trabalhador branco recebe, em média, remuneração mais elevada, com exceção do grupo de cor amarela. Há diferenciais de remuneração crescente com o número de anos de escolaridade. No setor de ensino, se registraram os menores rendimentos. Em 1991, o trabalhador doméstico sem carteira assinada recebia os menores rendimentos de trabalho. Nesse ano, a condição de migrante representava um ônus, quando comparada com a de não migrante, *ceteris paribus*. O impacto negativo era mais evidente para os migrantes interestaduais. Assim, o fato de ser migrante recente, ainda mais se a origem for externa ao Estado de São Paulo, afetava negativamente os rendimentos dos trabalhadores ocupados.

Em 2000, o fato de não ter carteira assinada, sendo trabalhador doméstico ou empregado do setor privado, se traduzia em um impacto negativo nos rendimentos de trabalho. Mas o que fica evidente é que, nesse ano, a condição de migrante teve um impacto positivo na formação da remuneração¹⁰. Em outras palavras, diferentemente do início da década, em 2000, os trabalhadores que migraram para a RMC (provenientes do estado de São Paulo) eram trabalhadores cujas características atendiam as necessidades das empresas operantes na região. Isso se traduziu em melhores remunerações e maior participação no mercado de trabalho¹¹. Tal resultado é compatível com os obtidos no estudo sobre a inserção de migrantes novos na Região Metropolitana de Salvador (Santos, 2006). Este autor encontra evidências favoráveis aos migrantes, em anos mais recentes, em termos de melhor remuneração e melhor inserção ocupacional que os não migrantes.

6 Conclusões

Em termos gerais, ao longo da década, aumentou a renda média dos trabalhadores da RMC e isso foi acompanhado por um aumento da desigualdade. Para esclarecer essa dinâmica, neste artigo foi comparada a performance dos trabalhadores classificados segundo a origem, comparando a posição relativa de migrantes e não migrantes. Ainda mais, o grupo de migrantes foi subdividido e isso permitiu evidenciar sua heterogeneidade.

O grupo dos migrantes interestaduais para a RMC resultou ser, em termos gerais, mais jovem, com menor nível de escolaridade, com maior presença de pardos e menor de brancos, e

ocupado em setores como: construção civil e serviços. É um perfil que se traduziu em rendimentos de trabalhos inferiores da média. Simultaneamente, esse foi o grupo que apresentou a maior homogeneidade interna com conseqüente menor desigualdade econômica. Diferentemente, o grupo dos migrantes intraestaduais apresentou um perfil mais complexo e heterogêneo. De um lado, as características ligadas aos fatores escolaridade e composição por raça apontam para uma maior remuneração; do outro, o elevado diferencial de renda por gênero e a elevada taxa de desemprego explicam uma maior desigualdade de rendimentos.

A maior escolaridade permite ao trabalhador, frequentemente, adaptar-se mais rapidamente às mudanças no mercado de trabalho¹². As diferenças nas variações das remunerações dos diferentes setores são um fator adicional a ser considerado quando avaliamos a desigualdade de renda por meio da ação do mercado de trabalho. Essas diferenças ajudam a entender as diferenças no rendimento médio e na desigualdade que caracterizam os dois grupos (e as mudanças ocorridas na década em estudo) e que foram apontadas na Tabela 2.

Referências

- BAENINGER, R. 2000. Novos espaços da migração no Brasil: anos 80 e 90. In: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS, ENCONTRO TRANSDISCIPLINAR SOBRE ESPAÇO E POPULAÇÃO, CAMPINAS (SP), ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÕES, III, Caxambu, 2000. *Anais...* Caxambu, p. 1-28. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2000/Todos/NovosEspa%C3%A7osdaImigra%C3%A7aoBrasilAnos80e90.pdf>, acesso em: 15/01/2008.
- BAENINGER, R. 2004. Interiorização da migração em São Paulo: novas territorialidades e novos desafios teóricos. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, ABEP, XIV, Caxambu. *Anais...* Caxambu, p. 1-14. Disponível em: http://www.abep.nepo.unicamp.br/site_eventos_abep/PDF/ABEP2004_545.pdf, acesso em: 18/01/2008.
- BARROS, R.P. de; MENDONÇA, R.S.P. 1995. *Os determinantes da desigualdade no Brasil*. Texto para discussão, 377. Brasília, IPEA, 62 p.
- BORJAS, G.J. 2001. Economics of migration. In: N.J. SMELSER; P.B. ALTES (ed.), *International Encyclopedia of the Social & Behavioral Sciences*. Oxford, Pergamon, p. 9803-9809. Disponível em: <http://www.sciencedirect.com/science/article/B7MRM-4MT09VJ-200/2/419486a3125b861d1ef1e34bd672265d>, acesso em: 15/07/2009.
- CUNHA, J.M.P. 2005. Migração e urbanização no Brasil: alguns desafios metodológicos para análise. *São Paulo em Perspectiva*, **19**(4):3-20.

CUNHA, J.M.P.; DEDECCA, C.S. 2000. Migração e trabalho na região metropolitana de São Paulo nos anos 90: uma abordagem sem preconceito. *Revista Brasileira de Estudos de População*, **17**(1/2):49-66.

DEDECCA, C.S.; CUNHA, J.M.P. 2002. Migração, trabalho e renda nos anos 90: o caso da região metropolitana de São Paulo. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, XIII, Ouro Preto, 2002. *Anais...* Ouro Preto. Disponível em: http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002/GT_TRB_ST26_Dedecca_texto.pdf, acesso em: 18/01/2008.

DEDECCA, C.S.; ROSANDINSKI, E. 2003. Sentos e dissensos: as inovações metodológicas do Censo Demográfico 2000. *Revista da ABET*, **1**: 1-22. Disponível em: http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/eventos/transdisciplinar/trab_dedecca.pdf, acesso em: 20/10/2007.

GOLGHER, A.B. 2004. *Fundamentos da migração*. Textos para Discussão, 231. Belo Horizonte, CEDEPLAR, Universidade Federal de Minas Gerais. Disponível em: <http://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%20231.pdf>, acesso em: 31/08/2007.

IBGE. [s.d.] *Censo Demográfico 1991 e 2000*, microdados.

KENNAN, J.; WALKER, J.R. 2003. The effect of expected income on individual migration decision. *NBER Working Papers Series*, 9858, 44 p. Disponível em: <http://www.nber.org/papers/w9585>, acesso em: 12/07/2007.

LACERDA, K.C.A. 2006. Migração e seletividade: uma análise empírica do caso de Fortaleza (2000-2002). In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, ABEP, XV, Caxambu, 2006. *Anais...* Caxambu. Disponível em: http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/outros/5EncNacSobreMigracao/public_mig_sel_ana.pdf, acesso em: 15/02/2007.

MYRDAL, G. 1968. *Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas*. 2ª ed., Rio de Janeiro, Saga, 240 p.

PACHECO, C.A. 1998. *Fragmentação da nação*. Campinas, IE/Unicamp, 291 p.

PEREIRA, V.M. 2000. *O recente processo migratório brasileiro e seus determinantes*. Piracicaba, SP. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo, 62 p.

RAMOS, L. 2007. *O desempenho recente do mercado de trabalho brasileiro: Tendências, fatos estilizados e padrões espaciais*. Texto para Discussão, 1255. Rio de Janeiro, IPEA, 46 p.

RAMOS, L.; VIEIRA, M.L. 2001. *Desigualdade de rendimentos no Brasil nas décadas de 80 e 90: Evolução e principais determinantes*. Texto para Discussão, 803. Rio de Janeiro, IPEA, 22 p.

RAMOS, L.; REIS, J.G.A. 1997. *Emprego no Brasil nos anos 90*. Texto para Discussão, 468. Rio de Janeiro, IPEA, 33 p.

SABBADINI, R.; AZZONI, C.R.; HADDAD, E.A. 2005. High-skilled migrants and regional inequality in Brazil. *TD Nereus*, **6**:1-15.

SANTOS, L.C.C. dos. 2006. Novos baianos: inserção de imigrantes no mundo do trabalho da Região Metropolitana de Salvador. *Bahia Análise & Dados*, **15**(4):1-28. Disponível em: http://www.sei.ba.gov.br/publicacoes/publicacoes_sei/bahia_analise/analise_dados/pdf/10_anos_de_PED/07%20Luiz.pdf, acesso em: 01/09/2007.

SILVA, T.F.B. da; SILVEIRA NETO, R.M. 2005. Migração e seleção no Brasil: evidências para o

Branchi, Bruna; Barretto, Vanessa V.

O mercado de trabalho, desigualdade de renda e migração: o caso da região metropolitana...

decênio 1993-2003. *In*: ENCONTRO DE ECONOMIA REGIONAL DA ANPEC, VII, Fortaleza, 2005. *Anais...* Fortaleza. Disponível em: http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/eventos/forumbnb2005/docs/migracao_selecao_brasil_evidencias.pdf, acesso em: 02/03/2008.

Anexo

Tabela A1: Distribuição % da PEA segundo gênero e condição migratória, RMC, 1991 e 2000.
 Table A1: Percentage distribution of Economically Active Population by gender and migration status, CMR, 1991 and 2000.

	PEA	Não migrante	Migrante	
			intraestadual	interestadual
1991				
Masculino	65,12	64,77	66,84	67,25
Feminino	34,88	35,23	33,16	32,75
	854.672	725.187	64.123	65.362
2000				
Masculino	58,53	58,45	59,02	59,5
Feminino	41,47	41,55	40,98	40,5
	1.185.350	1.056.300	55.690	73.360

Fonte: Censos Demográficos de 1991 e 2000 (IBGE, s.d.). Elaboração das articulistas.

Tabela A2: Distribuição % da PEA segundo raça ou cor e condição migratória, RMC, 1991 e 2000
 Table A2: Percentage distribution of Economically Active Population by race or color and migration status, CMR, 1991 and 2000.

	PEA	Não migrante	Migrante	
			intraestadual	interestadual
1991				
Branca	75,9	77,09	73,15	65,35
Preta	4,08	4,15	3,95	3,40
Amarela	0,75	0,77	0,81	0,52
Parda	19,13	17,84	22,00	30,59
Indígena	0,04	0,04	0,05	0
Ignorado	0,11	0,12	0,04	0,14
	854.672	725.187	64.123	65.362
2000				
Branca	73,5	74,21	73,44	60,00
Preta	5,01	5,06	3,87	5,55
Amarela	0,78	0,77	1,17	0,30
Parda	19,9	19,15	20,78	33,04
Indígena	0,24	0,22	0,33	0,43
Ignorado	0,57	0,58	0,42	0,68
	1.185.350	1.056.300	55.690	73.360

Fonte: Censos Demográficos de 1991 e 2000 (IBGE, s.d.). Elaboração das articulistas.

Tabela A3: Distribuição % da PEA segundo classes de idade e condição migratória, RMC, 1991 e 2000.
Table A3: Percentage distribution of Economically Active Population by age group and migration status, CMR, 1991 and 2000.

	PEA	Não migrante	Migrante	
			intraestadual	interestadual
1991				
10 - 14	2,18	2,10	2,13	3,13
15 - 24	28,29	26,73	31,03	42,81
25 - 59	66,03	67,33	65	52,69
60 ou mais	3,5	3,84	1,84	1,37
	854.672	725.187	64.123	65.362
2000				
10 - 14	1,1	1,08	1,11	1,51
15 - 24	26,99	26,13	28,76	40,94
25 - 59	68,76	69,44	68,37	56,48
60 ou mais	3,15	3,36	1,76	1,07
	1.185.350	1.056.300	55.690	73.360

Fonte: Censos Demográficos de 1991 e 2000 (IBGE, s.d.). Elaboração das articulistas.

Tabela A4 : Distribuição % da PEA por classe de instrução e condição migratória, RMC 1991 e 2000.
Table A4: Percentage distribution of Economically Active Population by education group and migration status, RMC, 1991 and 2000.

	PEA	Não migrante	Migrante	
			intraestadual	interestadual
1991				
sem instrução	6,16	5,59	6,80	11,9
1 - 5 anos	42,6	42,04	41,50	49,91
6 - 8 anos	22,59	23,03	21,66	18,59
9 - 11 anos	16,18	16,75	15,56	10,5
12 anos ou mais	11,88	12,02	13,91	8,34
não determinado	0,14	0,13	0,10	0,26
alfabetização de adultos	0,44	0,44	0,46	0,5
	854.672	725.187	64.123	65.362
2000				
sem instrução	3,03	2,91	2,81	5,61
1 - 5 anos	29,17	29,02	24,79	37,93
6 - 8 anos	23,85	23,89	22,77	24,49
9 - 11 anos	28,88	29,23	28,50	22,66
12 anos ou mais	14,47	14,34	20,75	8,66
não determinado	0,5	0,51	0,30	0,56
alfabetização de adultos	0,1	0,11	0,08	0,1
	1.185.350	1.056.300	55.690	73.360

Fonte: Censos Demográficos de 1991 e 2000 (IBGE, s.d.). Elaboração das articulistas.

¹ Uma síntese da literatura e dos estudos empíricos relativos ao Brasil encontra-se em Silva e Silveira Neto (2005).

² A PEA inclui os indivíduos com 10 anos de idade ou mais, que têm ocupação ou estão procurando um trabalho (ou seja, ocupados e desempregados).

³ Usando os microdados dos Censos de 1991 e 2000, a variável usada é o valor de todos os rendimentos da ocupação principal. Os valores de 1991 foram transformados em reais de 2000, atualizados com base no IPC-FIPE. É importante lembrar que a única fonte de dados disponíveis para a RMC é o Censo Demográfico. A Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (PNAD) não permite identificar essa região metropolitana.

⁴ Cálculos sobre a distribuição de rendimentos de trabalho principal por classe de idade foram obtidos usando os microdados dos Censos Demográficos.

⁵ Diferenças na metodologia usada pelo IBGE, nos censos de 1991 e 2000, explicam em parte o elevado crescimento na taxa de desemprego (Dedecca e Rosandiski, 2003).

⁶ Se a medida da precarização do trabalho considerada for a presença de trabalhadores sem carteira assinada e trabalhadores em contra própria, a proporção na PEA passa de 26,76% para 31,09%, em 2000. Pouco mais de 29% seria o peso desses grupos entre os migrantes interestaduais em 1991. Em 2000, a porcentagem de trabalhadores em situação precária neste grupo passou para 33,71%

⁷ Limitando, por isso, a regressão à PEA com rendimentos positivos.

⁸ Este tipo de estudo visa estimar a existência de uma seleção positiva dos migrantes.

⁹ Usando os dados censitários não é possível saber quem migrou, mas quem voltou ao lugar de residência anterior durante o período de 5 anos (Cunha, 2005). Por esse motivo, os coeficientes das variáveis migratórias podem ser lidos/interpretados mais como reflexo das condições de mercado de trabalho (mais ou menos favoráveis) para os migrantes.

¹⁰ Este impacto positivo é estatisticamente significativo para os imigrantes intraestaduais.

¹¹ Em 2000, a taxa de participação dos imigrantes intraestaduais era 65,6%, contra 61,4% dos imigrantes interestaduais. A média da RMC era 60,7%.

¹² É suficiente pensar ao surgimento de novas tecnologias, que faz aparecer novas profissões e novos mercados e que exige dos indivíduos nível de escolaridade e flexibilidade crescentes.